

Bruxelas, 8 de junho de 2026
(OR. en)

9613/26

POLGEN 130	EDUC 178
ECOFIN 663	ENER 273
EMPL 128	UEM 186
SOC 284	GENDER 44
COMPET 605	JAI 681
MI 518	JEUN 89
ENV 552	SAN 362
IND 354	
ECB	EIB

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Semestre Europeu – Nota horizontal sobre as recomendações específicas por país de carácter integrado

Junto se envia, à atenção das delegações, a nota horizontal sobre as recomendações específicas por país de carácter integrado de 2026 elaborada pela Presidência.

PREPARAÇÃO DO DEBATE POLÍTICO NO CONSELHO E NO CONSELHO EUROPEU
SOBRE AS RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS (REP) E O PACOTE DO
SEMESTRE EUROPEU (PRIMAVERA DE 2026)

Em 3 de junho de 2026, a Comissão publicou o seu pacote da primavera do Semestre Europeu de 2026, que inclui relatórios por país e recomendações de recomendações específicas por país (REP) para cada Estado-Membro. O Conselho pretende adotar as REP em 10 de julho de 2026.

Este pacote da primavera surge num momento de tensões geopolíticas acrescidas, volatilidade dos preços da energia e desafios persistentes em matéria de competitividade, que exigem uma resposta coordenada da UE em termos de políticas para reforçar a resiliência, a autonomia estratégica e a sustentabilidade orçamental. Na perspetiva do debate e da adoção das REP, a presente nota visa contribuir para o debate político sobre a situação económica e social europeia. Descreve em pormenor os atuais desafios económicos enfrentados pelos Estados-Membros e resume as vias estratégicas para reforçar a competitividade, tal como estabelecido nas REP apresentadas pela Comissão. Salienta o papel das REP na promoção da coordenação das políticas económicas e de emprego em toda a União Europeia e centra-se em prioridades transversais, como a segurança energética, a segurança económica, a prontidão da defesa e a justiça social. Avalia igualmente a existência de desequilíbrios macroeconómicos e aborda recomendações pertinentes relativamente a vários Estados-Membros. Além disso, reconhece o papel já bem estabelecido do Conselho no processo do Semestre Europeu.

O ciclo de 2026 do Semestre Europeu: responder aos desafios geopolíticos e económicos

O pacote da primavera de 2026 enquadra-se num contexto de profunda incerteza geopolítica.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia demonstrou a necessidade de intensificar consideravelmente a prontidão da Europa no domínio da defesa e a sua segurança energética. As atuais tensões no Médio Oriente conduziram a uma nova volatilidade dos preços da energia e a perturbações nas cadeias de abastecimento. Estes desafios surgem num contexto de concorrência mundial acrescida, em especial em termos de acesso a matérias-primas e tecnologias críticas, e em que «e cada vez mais premente a necessidade de ação face às alterações climáticas.

A guerra na Ucrânia sublinhou a necessidade de reforçar as capacidades de defesa e a preparação civil na UE. No roteiro sobre a Preparação da defesa europeia 2030 é salientada a necessidade de investir de forma sustentada na capacidade de produção, na contratação conjunta e na cibersegurança. O Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) disponibiliza 150 mil milhões de euros em empréstimos a longo prazo para contratos públicos no setor da defesa, tendo já sido aprovados pelo Conselho 18 planos nacionais de defesa. As iniciativas de contratação pública (por exemplo, para munições e defesa aérea) têm de ser intensificadas, com a Comissão a facilitar a agregação da procura até 2027, ao passo que os Estados-Membros dispõem de instrumentos como os empréstimos SAFE e o Fundo Europeu de Defesa (FED).

A crise energética sublinha a necessidade de energia limpa, a preços acessíveis e segura.

O plano REPowerEU e a iniciativa AccelerateEU proporcionam quadros para continuar a reduzir as dependências em relação aos combustíveis fósseis, expandir as energias renováveis e reforçar as infraestruturas energéticas. Os Estados-Membros deverão assegurar a conclusão de todos os marcos e metas dos capítulos REPowerEU no âmbito dos seus planos de recuperação e resiliência (PRR) até agosto de 2026 e coordenar as ações no âmbito dos seus planos nacionais em matéria de energia e clima (PNEC) para alcançar a meta de redução de 55 % das emissões para 2030 e a eliminação progressiva das importações de energia russa até 2027. As medidas de emergência para atenuar os picos dos preços da energia têm de ser temporárias, específicas e sustentáveis do ponto de vista orçamental, evitando aumentos da procura de combustíveis fósseis. A Comissão coordenará o reenchimento das instalações de armazenamento de gás à escala da UE e as libertações coletivas de reservas de petróleo, a fim de evitar perturbações do aprovisionamento.

Neste contexto, as medidas que reforçam a resiliência estrutural do sistema energético europeu e aceleram a transição para o abandono dos combustíveis fósseis podem beneficiar da flexibilidade existente no âmbito do quadro orçamental. Por conseguinte, a Comissão propôs – a pedido dos Estados-Membros – alargar o âmbito de aplicação da atual cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa a fim de ter em conta as medidas tomadas desde fevereiro de 2026 para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis importados e, assim, contribuir para a segurança e a defesa da Europa. As salvaguardas em matéria de sustentabilidade orçamental permaneceriam plenamente em vigor. A Comissão prestará, em tempo útil, mais esclarecimentos aos Estados-Membros sobre os requisitos processuais e operacionais desta disposição.

Neste contexto, a economia da UE demonstrou ser resiliente, mas enfrenta vulnerabilidades estruturais. O crescimento da produtividade mantém-se modesto, ao mesmo tempo que persistem lacunas significativas em matéria de inovação. Os custos da energia continuam a ser elevados em comparação com vários parceiros internacionais, e várias economias da UE continuam a depender fortemente dos combustíveis fósseis, o que vem confirmar a necessidade de acelerar as reformas e os investimentos destinados a apoiar uma maior expansão das energias renováveis e das infraestruturas conexas para reforçar a competitividade da UE a nível mundial. A escassez de mão de obra e de competências continua a afetar a economia, em especial nos setores digital, ecológico e dos cuidados de saúde. A falta de acessibilidade dos preços da habitação está a agravar-se e continua a exacerbar as desigualdades sociais em toda a Europa. O Semestre Europeu de 2026 visa dar resposta a estes desafios através de reformas e investimentos coordenados, em consonância com a Bússola para a Competitividade e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Supervisão orçamental

Na primavera de 2026, a Comissão avaliou o cumprimento pelos Estados-Membros das recomendações pertinentes do Conselho. A avaliação da Comissão abrange 2025 e 2026 e baseia-se principalmente numa comparação entre os dados da execução orçamental e as projeções da Comissão para o crescimento das despesas líquidas, por um lado, e as taxas máximas de crescimento das despesas líquidas recomendadas pelo Conselho, por outro, e tem em conta as cláusulas de derrogação nacionais para a defesa, quando aplicável.

A avaliação da Comissão abrangeu todos os Estados-Membros: os que estão atualmente sujeitos ao procedimento relativo aos défices excessivos (PDE) e os que não estão sujeitos ao PDE. Para os Estados-Membros atualmente sujeitos ao PDE, a Comissão avaliou as medidas tomadas em resposta às recomendações do Conselho no âmbito do PDE. No caso de Malta, a Comissão recomendou ao Conselho que revogasse o PDE, uma vez que o défice das administrações públicas foi reduzido com êxito e de forma duradoura para um nível inferior a 3 % do PIB. Para os restantes nove Estados-Membros atualmente sujeitos ao PDE¹, a Comissão considerou que todos os procedimentos deverão ser suspensos: os Estados-Membros em causa cumpriram as respetivas recomendações do Conselho no âmbito do PDE de uma forma que, na opinião da Comissão, constituiu uma medida eficaz. Relativamente aos Estados-Membros que não estão atualmente sujeitos ao PDE, a Comissão avaliou os progressos realizados na execução dos seus planos orçamentais-estruturais de médio prazo e o cumprimento das recomendações pertinentes do Conselho. Neste contexto, a Comissão identificou os Estados-Membros que respeitaram (e/ou que se prevê que respeitem) as trajetórias das despesas recomendadas pelo Conselho, bem como os que registaram um desvio (ou desvios significativos) em 2025 e/ou que correm o risco de registar um desvio (ou desvios significativos) em 2026. Nesta avaliação, a Comissão teve devidamente em conta a cláusula de derrogação nacional².

As reformas estruturais desempenham um papel fundamental para assegurar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Relativamente aos oito Estados-Membros para os quais o Conselho tinha aprovado a prorrogação do período de ajustamento³, a Comissão avaliou a execução das principais etapas das reformas e dos investimentos subjacentes às prorrogações, tendo igualmente em conta as informações fornecidas nos respetivos relatórios anuais de progresso. À luz da sua avaliação, a Comissão considera que, de um modo geral, todos os Estados-Membros em causa estão a respeitar os seus compromissos em termos de reformas e investimentos de forma satisfatória.

¹ Bélgica, França, Hungria, Itália, Áustria, Polónia, Roménia, Eslováquia e Finlândia.

² Além disso, a Comissão considerou que se justifica dar início a um procedimento relativo aos défices excessivos em relação à Bulgária, que será tratado de acordo com os procedimentos estabelecidos.

³ Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Itália, Áustria, Roménia e Finlândia.

Melhorar a qualidade das finanças públicas, inclusive mediante uma maior eficácia da despesa pública e uma melhor cobrança dos impostos, é essencial para proporcionar um verdadeiro valor acrescentado aos contribuintes e assegurar a sustentabilidade orçamental.

Hierarquizar as despesas, torná-las mais eficientes e eficazes e modernizar e simplificar os sistemas fiscais pode ajudar a centrar a ênfase nas despesas, gerar as receitas necessárias e apoiar a resiliência económica. Tal inclui tornar os sistemas de cuidados de saúde, de cuidados continuados e de pensões mais eficientes e mais sustentáveis. As REP de 2026 incentivam os Estados-Membros a tomarem igualmente medidas para reforçar o cumprimento das obrigações fiscais, modernizando e digitalizando a cobrança de receitas e a administração fiscal, alargando as bases tributáveis, ajustando o cabaz fiscal para apoiar a competitividade sustentável, combatendo a evasão fiscal e fazendo face ao planeamento fiscal agressivo, a fim de salvaguardar a equidade fiscal e a sustentabilidade das receitas.

Competitividade

A Bússola para a Competitividade tem sido o quadro orientador deste ciclo do Semestre Europeu.

Alinha as reformas e os investimentos com as prioridades estratégicas da UE de colmatar o défice de inovação e simplificar o ambiente empresarial, reduzindo simultaneamente as dependências estratégicas e descarbonizando as nossas economias, promovendo competências e empregos de qualidade e assegurando a equidade e a coesão sociais. A fim de aumentar o desempenho da inovação na UE, a Comissão apela a um maior investimento público e privado em I&D e à tomada de medidas para reforçar os sistemas de inovação, aumentar a eficiência do apoio público à inovação empresarial e facilitar o acesso ao financiamento. A fim de melhorar o ambiente empresarial e reduzir os custos, os Estados-Membros deverão envidar esforços contínuos para reduzir os encargos administrativos desnecessários, mantendo simultaneamente os objetivos estratégicos e as normas pertinentes e modernizando a administração pública. Os Estados-Membros deverão, nomeadamente, tomar medidas para acelerar a emissão de licenças de construção, ambientais e comerciais. Deverão abordar a sobreposição de competências, prosseguir a simplificação regulamentar e continuar a digitalizar a administração pública.

O mercado único continua fragmentado, com obstáculos ao comércio de serviços, aos mercados digitais e ao crescimento das PME. O roteiro «Uma Europa, Um Mercado» e o pacote relativo à mobilidade laboral justa que deverá ser brevemente apresentado visam aprofundar a integração, ao passo que as REP de 2026 apelam aos Estados-Membros para que eliminem as restrições injustificadas aos serviços transfronteiriços (por exemplo, qualificações profissionais, licenciamento). Em especial, a complexidade regulamentar continua a ser um obstáculo importante ao comércio transfronteiriço e ao investimento, em especial para as PME. Recomenda-se aos Estados-Membros que reduzam os obstáculos específicos de cada país ao mercado único, em especial os relacionados com a sobre-regulação, os elevados encargos administrativos que afetam a entrada no mercado e as restrições regulamentares impostas a determinados serviços profissionais. A nível da UE, a iniciativa «simplicidade desde a conceção» e o quadro «UE Inc.» visam reduzir os encargos administrativos, mantendo simultaneamente os objetivos estratégicos e as normas pertinentes, e digitalizar os serviços públicos. A União da Poupança e dos Investimentos alargará o acesso das PME ao capital de risco e aos capitais de investimento, em especial através de medidas destinadas a incentivar uma maior participação dos investidores de retalho nos mercados de capitais.

A UE enfrenta dependências estratégicas no domínio das matérias-primas críticas, dos semicondutores e das tecnologias de defesa, o que a expõe a perturbações das cadeias de abastecimento e a pressões geopolíticas. O Regulamento Matérias-Primas Críticas, o Regulamento dos Circuitos Integrados e a Estratégia em matéria de Segurança Económica proporcionam quadros para soluções de diversificação, relocalização e economia circular. O ato legislativo sobre economia circular (2026) proporá metas obrigatórias em matéria de conteúdo reciclado para setores-chave (por exemplo, baterias, construção) e o Regulamento dos Circuitos Integrados 2.0 (2026) visa alargar o financiamento para o fabrico de semicondutores baseado na UE, com um complemento de 10 mil milhões de euros para o Fundo para os Circuitos Integrados. Os Estados-Membros são convidados a designar «zonas estratégicas para os semicondutores» até 2027, com procedimentos acelerados de licenciamento e incentivos fiscais.

Emprego, competências e aspetos sociais

Registaram-se alguns progressos na melhoria do desempenho do mercado de trabalho e no reforço do capital humano, mas são ainda necessários esforços adicionais para reforçar estes aspetos, com vista a aumentar a competitividade, a produtividade e a inclusão social da Europa⁴.

As REP de 2026 incentivam os Estados-Membros a apoiar o emprego de qualidade, a aumentar a participação no mercado de trabalho e a reforçar o desenvolvimento de competências através de sistemas de educação e formação eficazes e de políticas ativas do mercado de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade e apoiar uma economia social de mercado resiliente.

A melhoria dos resultados escolares, a melhoria de competências e a requalificação, bem como a garantia de uma correspondência mais estreita entre as competências dos trabalhadores e as exigências do mercado de trabalho, continuam a ser prioridades fundamentais, nomeadamente para fazer face à escassez de mão de obra e de competências em setores estratégicos. Em vários Estados-Membros, é especialmente importante aumentar os níveis globais de competências. A escassez de mão de obra e a inadequação das competências persistem, em especial nos setores CTEM, digital e ecológico.

A União das Competências e o Roteiro para Empregos de Qualidade visam reforçar as competências, a criação de emprego de qualidade e as transições.

É necessário envidar esforços sustentados para avançar rumo à meta da UE que consiste em diminuir, até 2030, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões, incluindo, pelo menos, 5 milhões de crianças. As REP de 2026 convidam os Estados-Membros a dar resposta aos desafios existentes e emergentes em matéria de equidade social, nomeadamente através do reforço das vias para o mercado de trabalho e da melhoria do alcance, da cobertura e da adequação dos regimes de rendimento mínimo, inclusive para os idosos. É igualmente importante garantir o acesso a serviços sociais de qualidade e a preços comportáveis, tanto para apoiar as pessoas em situação de pobreza como para evitar que outras pessoas fiquem nessa situação, ajudando simultaneamente a ligar as pessoas à educação, à formação, aos cuidados de saúde e a outros serviços essenciais.

⁴ Em conformidade com a Recomendação do Conselho sobre o capital humano na União Europeia, adotada em março de 2026. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6081-2026-REV-1/pt/pdf>

As iniciativas da UE criaram um quadro geral destinado ao reforço da equidade social, à redução da pobreza e ao reforço da inclusão social em toda a UE, uma vez que estes são considerados cruciais para assegurar a competitividade, a resiliência e a coesão social ascendente.

Através da Estratégia da UE de Combate à Pobreza, a Comissão procura eliminar a pobreza na UE até 2050, seguindo uma abordagem abrangente e integrada. Esta estratégia é apoiada por ações adicionais para reforçar a Garantia Europeia para a Infância, com o objetivo de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza infantil. Ao mesmo tempo, a adoção de políticas sólidas em matéria de igualdade e não discriminação ajuda a promover a equidade social e a assegurar que ninguém seja deixado para trás, em consonância com as estratégias da União da Igualdade. Todos estes elementos foram tidos em conta nas REP de 2026, sempre que adequado.

A escassez de habitação e o aumento dos preços estão a agravar as desigualdades sociais, em especial nas zonas urbanas. O Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis e a Estratégia Europeia para a Construção de Habitações visam impulsionar a oferta e simplificar os processos de licenciamento. Segundo a Comissão, é necessário aumentar o parque de habitação social em 15 % até 2030, com fundos da UE (43 mil milhões de euros) disponíveis para a renovação e novas construções. Foram dirigidas várias REP a Estados-Membros para aumentar a oferta de habitação, em especial simplificando os processos de licenciamento, melhorando o acesso ao financiamento e reforçando a habitação social.

As REP de 2026 convidam igualmente os governos nacionais a tomarem medidas para reforçar ainda mais a governação infranacional, se for caso disso. Garantir o acesso a serviços essenciais e dar resposta aos desafios socioeconómicos e de segurança específicos enfrentados pelas regiões fronteiriças orientais são questões fundamentais para toda a UE. Neste contexto, a aplicação das REP de 2025 em matéria de coesão territorial conduziu a alguns progressos na redução das disparidades territoriais e no reforço da governação a nível regional e local. Em vários Estados-Membros, as reformas da governação infranacional avançaram, resultando numa melhor prestação de serviços, ao passo que os serviços públicos locais também foram reforçados, nomeadamente através de uma maior digitalização.

Conclusão

A presente nota horizontal salienta a importância do Semestre Europeu enquanto mecanismo de supervisão multilateral e de coordenação das políticas em toda a UE, apoiando assim a competitividade e o emprego de qualidade, bem como a resiliência económica e social a longo prazo. A este respeito, uma vez adotadas pelo Conselho, as REP podem servir de orientação valiosa para os Estados-Membros, ajudando a assegurar uma abordagem coerente e prospetiva dos desafios emergentes.
